

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>	NP: beembyib <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 21/05/2019 Projeto de lei nº 536/2019 Protocolo nº 3585/2019 Processo nº 1005/2019	
<b>Autor:</b> Dep. Max Russi		

**Proíbe a aquisição de artigos de luxo por meio de licitação e dá outras providências.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os itens de consumo a serem adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública estadual devem ser de qualidade comum, não superior à mínima necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, sendo vedada a aquisição de artigos de luxo.

§1º Para os fins desta lei, considera-se artigo de luxo bens de consumo de qualidade desnecessariamente requintada não indispensável ao bom e relevante funcionamento da máquina pública.

§2º É vedada, ainda, a inclusão por órgãos e entidades da Administração Pública, no objeto da licitação, de especificação de compra de bebida alcoólica, sob quaisquer modalidades.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada nos termos do artigo 38-A da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

Frequentemente a população brasileira se depara com notícias a respeito de compras demasiadamente luxuosas por parte do poder público. Enquanto trabalhadores fazem as contas para conseguir realizar suas compras no mercado, a administração pública faz uma verdadeira farra com o dinheiro público.

Não parece razoável que a Administração Pública exija itens que destoam demasiadamente da realidade socioeconômica brasileira, configurando um desprestígio ao cidadão que arduamente recolhe seus impostos para manter a máquina pública funcionando a seu benefício.

É certo que não existe um manual para o administrador público, mas a sua vontade, ou aquilo que considera moralmente correto, não pode ser a única razão de agir na esfera pública. Agir com moralidade não depende unicamente de cada pessoa, mas da maneira como esta considera o que é justo com base nas circunstâncias do caso concreto, considerando também por quais meios se obterá o resultado pretendido.

Considerando que as ferramentas existentes não têm demonstrado efetividade no sentido de coibir o mal uso dos recursos públicos, apresento o presente projeto de lei que objetiva vedar a aquisição de artigos luxuosos por meio de licitações onde a discricionariedade do gestor público possibilite exageros que infrinjam os princípios constitucionais da proporcionalidade, moralidade e economicidade.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis para aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Maio de 2019

**Max Russi**  
Deputado Estadual